BOA VIZINHANÇA

Por que Brasil e Estados Unidos nunca foram aliados incondicionais nem adversários permanentes?

GUSTAVO PESSOA

Planeta

BOA VIZINHANÇA

Por que Brasil e Estados Unidos nunca foram aliados incondicionais nem adversários permanentes?

GUSTAVO PESSOA

Planeta

Planeta

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

Copyright © Gustavo Pessoa, 2026
Copyright © Editora Planeta do Brasil, 2026
Todos os direitos reservados.

Preparação: Diego Franco Gonçales
Revisão: Ligia Alves e Ana Maria Fiorini
Design e diagramação: Negrito Produção Editorial
Capa: Daniel Justi
Imagem de capa: Cenas brasileiras / Alamy / Fotoarena; Brazil Photo Press / Alamy / Fotoarena

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Pessoa, Gustavo
Boa vizinhança : por que Brasil e Estados Unidos nunca foram aliados incondicionais nem adversários permanentes? / Gustavo Pessoa. – São Paulo : Planeta do Brasil, 2026.
288 p.

Bibliografia
ISBN 978-85-422-4485-4

1. Relações internacionais 2. Brasil – História 3. Estados Unidos – História
I. Título

26-4321 CDD 327

Índice para catálogo sistemático:
1. Relações internacionais

Ao escolher este livro, você está apoiando o manejo responsável das florestas do mundo e outras fontes controladas

2026
Todos os direitos desta edição reservados à
Editora Planeta do Brasil Ltda.
Av. Paulista, 854, 2º andar – Bela Vista
São Paulo – SP – CEP 01310-913
www.planetadelivros.com.br
faleconosco@editoraplaneta.com.br

Acreditamos nos livros

Este livro foi composto em Sabon LT Pro e impresso pela Lis Gráfica para a Editora Planeta do Brasil em outubro de 2026.

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

Sumário

Prefácio por Allison Fedirka 7
Introdução 9

1. Origens dos primeiros contatos (1776-1822) 15

A Revolução Americana e sua influência no Brasil 15
Primeiros contatos diplomáticos (1808) 20
Difusão das ideias iluministas e republicanas no Brasil 24
Movimentos revolucionários brasileiros 28
Abertura dos portos e Henry Hill: primeiro cônsul norte-americano no Brasil 33
Síntese 37

2. Reconhecimento e consolidação (1822-1850) 39

Reconhecimento da Independência brasileira pelos Estados Unidos 39
A Doutrina Monroe e o Brasil 43
Tratados comerciais iniciais 47
Crescimento das trocas econômicas e culturais 52
Primeiros conflitos diplomáticos 57
Síntese 61

Planeta

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

3. Diplomacia imperial e República Velha (1850-1930) 63

Diplomacia de Dom Pedro II e relações culturais 63
Imigração norte-americana para o Brasil 67
Incidente naval da Bahia (1864) 72
Conferências Pan-Americanas 75
Missões militares e a Primeira Guerra Mundial 80
Joaquim Nabuco e a primeira Embaixada do Brasil 84
Síntese 88

4. A Era Vargas e a Segunda Guerra Mundial (1930-1945) 91

Revolução de 1930 e relações com Roosevelt 91
Política da Boa Vizinhança e intercâmbio cultural 95
Cooperação militar: a Base Aérea de Natal e o "trampolim da vitória" 100
Brasil na Segunda Guerra Mundial (a FEB e o *front* italiano) 104
Impactos econômicos: da guerra ao aço (CSN, Vale e a arquitetura do desenvolvimento) 109
Síntese 113

5. O pós-guerra e o alinhamento na Guerra Fria (1945-1964) 117

Dutra e alinhamento ideológico (1946-1951) 117
Tiar, Escola das Américas e a cooperação técnico-militar na Guerra Fria 121
Nacionalismo e tensões: segundo governo Vargas (1951-1954) 125
Juscelino Kubitschek e a Operação Pan-Americana 130
Política Externa Independente e a crise de 1964 134
Síntese 139

Planeta

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

6. Ditadura, alinhamento e autonomia limitada (1964-1985) 141

Castelo Branco e o alinhamento com os Estados Unidos (1964-1967) 141
Costa e Silva, o AI-5 e a travessia para o "milagre" (1967-1969) 146
Emílio Garrastazu Médici: milagre e linha dura (1969-1974) 150
Ernesto Geisel: pragmatismo, átomo e direitos humanos (1974-1979) 155
João Figueiredo: reaproximação, dívida e transição (1979-1985) 160
Síntese 165

7. Redemocratização, globalização e uma parceria em construção (1985-2002) 169

Sarney: redemocratização, dívida e a reconstrução dos laços (1985-1990) 169
Collor: abertura, Mercosul e a "lua de mel" com Washington (1990-1992) 174
Itamar: autonomia cautelosa, Mercosul e o freio de mão na ALCA (1992-1994) 179
Fernando Henrique Cardoso: parceria estratégica, crises e multilateralismo (1995-2002) 185
Síntese 191

8. Entre autonomia e convergência (2001-2016) 195

Pós-Onze de Setembro: segurança, fronteiras e a nova gramática da parceria (2001-2003) 195
Lula I: "ativa e altiva", Doha, ALCA e o Haiti (2003-2006) 200
Lula II: biocombustíveis, G20, BRICS e diplomacia de alto risco (2007-2010) 206
Dilma Rousseff: continuidade, abalo da confiança e reaproximação climática (2011-2016) 212
Síntese 217

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

9. Realinhamentos, rotinas e a volta do pragmatismo (2016-2025) 221

Temer: pragmatismo, reancoragem e ponte para Washington (2016-2018) 221
Bolsonaro–Trump: alinhamento, defesa e tropeços ambientais (2019-2020) 226
Biden–Bolsonaro: clima, urnas e a reeducação da parceria (2021-2022) 231
Lula–Biden: reconstrução, clima e um novo pragmatismo (2023-2025) 235
Síntese 240

10. Lula e Trump: tarifas, soberania e cooperação seletiva (2025-2026) 245

O retorno de Trump e a mudança de clima 245
Da tarifa recíproca ao choque de julho 247
Bolsonaro, Alexandre de Moraes e o transbordamento político 249
A resposta brasileira: reciprocidade, proteção e diversificação 251
Da Malásia à Casa Branca 253
A virada jurídica de 2026 256
A Seção 301: investigação, audiência e decisão 257
Pix: inovação pública e disputa comercial 260
Cooperação seletiva: segurança, minerais e clima 262
Síntese 264

Conclusão 267
Anexos 271
Bibliografia 277

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

1

Origens dos primeiros contatos (1776-1822)

A Revolução Americana e sua influência no Brasil

Quando os sinos repicaram pela Independência das treze colônias, em 1776, as badaladas levaram tempo até ecoar no lado português da América. O Brasil vivia sob censura, com livros vistoriados e a impressão de jornais proibida. Ainda assim, as notícias atravessavam o Atlântico em cartas de comerciantes, recortes de gazetas europeias embrulhados entre fardos de mercadorias e conversas de convés com marinheiros que vinham de portos como Filadélfia e Boston. A mensagem era simples e explosiva para os padrões do Antigo Regime: um conjunto de colônias derrubara o domínio da metrópole e começava a organizar um governo baseado em uma Constituição escrita, eleições periódicas e uma ideia de cidadania que, mesmo restrita, parecia nova aos olhos do mundo.

A primeira recepção brasileira a essa novidade não foi uma aclamação pública – não havia palco para isso –, mas um interesse atento em círculos discretos. Advogados, padres, militares e comerciantes com passagem pela Universidade de Coimbra ou por centros franceses já tinham contato com os autores do Iluminismo; faltava-lhes um exemplo vivo. A experiência norte-americana forneceu esse espelho prático: mostrava que teorias sobre divisão

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

de poderes, representação e limites ao soberano podiam sair do papel e virar arranjo político. Na prática, a Independência dos Estados Unidos forneceu vocabulário e horizonte. Termos como Constituição, república, direitos naturais e federação começaram a circular em tertúlias, gabinetes de leitura improvisados e lojas maçônicas, que, naquele tempo, funcionavam como ambientes relativamente protegidos para debater temas incômodos à autoridade colonial.

A circulação de ideias tinha rotas próprias. Estudantes luso-brasileiros que passaram por Coimbra e por universidades francesas voltavam ao Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Vila Rica com malas carregadas de livros e cadernos de apontamentos. Muitas dessas obras – de Montesquieu, Rousseau e Locke – eram oficialmente proibidas, mas entravam no Brasil por brechas e conivências. Entre os papéis contrabandeados, chamou a atenção um compêndio publicado em Paris reunindo constituições de estados norte-americanos e a Declaração de Independência. O livro, traduzido para o francês, acabou conhecido entre conspiradores mineiros como "a bíblia" do movimento – não porque desse respostas mágicas, mas porque oferecia modelos concretos de organização política a quem sonhava com um Brasil governado por leis, e não por ordens de Lisboa.

É nesse caldo que, em 1789, brota a Inconfidência Mineira. Minas Gerais vivia o esgotamento do ouro e a pressão fiscal da derrama. Em rodas de conversa que misturavam poesia, ciência e queixas contra o fisco, um grupo de letrados e oficiais discutia a possibilidade de romper com a metrópole. A referência norte-americana aparece com nitidez: os inconfidentes falavam em república, eleições, forças cidadãs e liberdade comercial. Não havia um plano perfeito, menos ainda consenso sobre todos os pontos, mas a ideia central – substituir a tutela distante por um governo local de leis – devia muito ao que se lera sobre os Estados Unidos. O movimento foi abortado e punido com brutalidade; Tiradentes, um dos seus principais integrantes, que foi enforcado e esquarte-

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

jado, tornou-se símbolo do que naquele momento parecia impossível. Ainda assim, a devassa revelou o que já não cabia de volta na garrafa: a imaginação política colonial fora atravessada pela experiência norte-americana.

Na Bahia, quase uma década depois, a Conjuração Baiana (1798) deu outro contorno à influência externa. Se em Minas prevalecera a voz de bacharéis e oficiais, em Salvador a chama republicana ganhou corpo entre soldados de baixa patente, artesãos, alfaiates e negros livres. Os panfletos pregavam independência, igualdade e, em alguns textos, o fim da escravidão – ecos fortes da Revolução Francesa e do levante haitiano, mas também do repertório de república que os Estados Unidos, com todas as limitações de seu contexto, haviam reintroduzido no vocabulário político do Atlântico. A repressão foi rápida e exemplar, com enforcamentos públicos para desestimular seguidores. Ainda assim, o episódio mostrou que a discussão sobre formas de governo já não era monopólio de elites letradas; ela transbordava para as ruas e quartéis.

Entre esses movimentos, aconteceu um encontro que ajuda a ligar pontas do período. Em 1787, na França, o brasileiro José Joaquim Maia e Barbalho, estudante em Montpellier, procurou Thomas Jefferson, então representante dos Estados Unidos em Paris. Queria saber até onde os norte-americanos simpatizariam com uma revolta no Brasil. Jefferson foi cordial e prudente: não poderia comprometer seu país com aventuras externas, mas via com bons olhos a difusão de governos livres no continente. Sugeriu que, mais do que ajuda estrangeira, o essencial seria amadurecer mentes e preparar instituições. O encontro não gerou promessas, mas consolidou uma ponte simbólica. Do lado de cá, confirmava-se que os Estados Unidos eram, ao menos, uma referência amistosa; do lado de lá, fincava-se a percepção de que havia fermento político na América portuguesa.

A primeira década de 1800 acelerou os fatos. A mesma Europa que iluminara cabeças mergulhou em guerras que embaralha-

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

ram rotas e alianças. Em 1808, a invasão napoleônica empurrou a corte portuguesa para o Rio de Janeiro. O gesto inédito – um reino europeu transferindo-se para uma colônia – alterou o centro de gravidade do Império e teve um efeito imediato: a assinatura da abertura dos portos às "nações amigas". Na prática, o decreto de Dom João derrubava o antigo monopólio metropolitano e legalizava aquilo que, por caminhos tortos, já existia: navios estrangeiros traziam e levavam mantimentos, tecidos, ferramentas e ideias. Entre essas bandeiras, a norte-americana ganhou novo espaço. A farinha dos Estados Unidos passou a regular a mesa urbana, sobretudo no Nordeste; em troca, açúcar, couros e, cada vez mais, café seguiram para o Norte. Mais do que livrar-se de um carimbo aduaneiro, legalizar esse trânsito criou rotina de porto, reduziu custos de transação e multiplicou encontros humanos no cais – canais pelos quais noções de governo, imprensa e negócios circulavam sem alarde.

A circulação de ideias encontrou a partir de 1808 outro aliado: a Impressão Régia. Até então, não se imprimia livro nem jornal no Brasil; o que se lia vinha de fora, por caminhos nem sempre oficiais. Com a tipografia instalada no Rio, mesmo sob censura, abriu-se fresta para textos de debate público. O *Correio Braziliense*, publicado em Londres por Hipólito José da Costa, alimentava essa conversa a longa distância, com notícias e argumentos que comparavam experiências estrangeiras e provocavam reflexão sobre reformas possíveis aqui. Embora crítico ao radicalismo, Hipólito gostava de contrapor a vitalidade institucional dos Estados Unidos – escolas, câmaras, tribunais – ao nosso atraso educacional e à tutela metropolitana. Seu jornal chegava clandestino e era passado de mão em mão, formando pequenos círculos de leitura que, a cada mês, ganhavam novo combustível.

A influência norte-americana, portanto, não foi uma faísca isolada, mas um fio constante em um tecido mais amplo de ideias atlânticas. Ela conviveu com referências francesas e com as notícias da insurreição haitiana; disputou espaço com a tradição

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

jurídica portuguesa e com as realidades de uma sociedade escravocrata; inspirou projetos liberais que iam do moderado ao audacioso. Em cada praça, essa mistura gerou arranjos específicos. Em Minas, falou com elites irritadas com impostos e ansiosas por autonomia. Na Bahia, encontrou soldados e artesãos que transpuseram a palavra "igualdade" para seu mundo imediato. Em Pernambuco, poucos anos depois, aparecerá na forma de uma república de ensaio, que escreverá cartas aos Estados Unidos pedindo reconhecimento e que, por semanas, tentará modelar uma Constituição de inspiração norte-americana sob o sol tropical.

Tudo isso formou, pouco a pouco, uma nova gramática política. Termos como cidadania, representação e Constituição deixaram de ser excentricidades de biblioteca: passaram a nomear desejos e conflitos concretos. Ao trocarem cartas com casas estrangeiras, comerciantes e funcionários habituaram-se a falar de prazos, regras e previsibilidade – linguagem que, no mundo anglo-americano, se associava a instituições e não a favores. Maçons e leitores de gabinete, ao comentar experiências externas, aprenderam a enxergar a política como engenharia e não apenas como vontade de príncipes. E estudantes, ao voltar de Coimbra e Paris, trouxeram a lição de que a mudança não viria de um manifesto isolado, mas de uma base social e de rotinas criadas pacientemente.

O capítulo formado por esse período – entre a Independência dos Estados Unidos e a chegada da corte ao Rio – termina com uma imagem clara: a da semente. Ela foi plantada por ideias que atravessaram oceanos, por livros lidos à luz de velas, por encontros discretos em cidades europeias e por jornais que a alfândega não conseguia deter. A semente ainda não era a árvore; faltavam o sol de 1808, as águas da abertura comercial e, mais adiante, a poda cuidadosa da política que permitiria a Independência de 1822. Mas ela estava ali. Quando, um pouco depois, navios norte-americanos ancorarem oficialmente no Rio e na Bahia, e quando um cônsul dos Estados Unidos for recebido em audiência por

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

Dom João, essa semente encontrará clima favorável para brotar em relações mais estáveis – de comércio, de diplomacia e de aprendizado institucional. É nesse ponto que a nossa história de contatos passa do campo das ideias para o das práticas, e é por aí que seguimos na próxima seção.

Primeiros contatos diplomáticos (1808)

Em 1808, a geografia da política mudou de lugar. A invasão napoleônica empurrou a corte portuguesa para o Rio de Janeiro, trazendo com ela a chave que faltava para destravar uma relação que, até então, vivia de atalhos: a abertura dos portos às nações amigas. De repente, o Brasil deixou de ser apenas o fim de uma longa cadeia controlada por Lisboa e virou ponto de chegada direto para navios de várias bandeiras. Entre elas, a norte-americana.

Para os Estados Unidos, a janela era perfeita. A jovem república buscava mercados para farinha, madeira, peixe salgado, têxteis simples e ferramentas, e desejava açúcar, couros, algodão e – logo adiante – café. O Atlântico, que nos anos anteriores fora corredor de notícias e ideias, tornou-se rota de negócios regulares. No papel, o decreto de Dom João estabeleceu tarifas claras e uma regra geral: quem estivesse em paz com Portugal podia comerciar. Na prática, significou previsibilidade. Manifestos deixaram de ser peças de ficção criativa; alfândegas ganharam tabelas; capitães passaram a planejar viagens com menos incerteza.

Do lado norte-americano, o gesto seguinte foi tão simbólico quanto útil: enviar alguém que circulasse entre o cais e o Paço com a mesma naturalidade. Em maio de 1808, Thomas Jefferson nomeou Henry Hill, um comerciante de Connecticut, primeiro cônsul dos Estados Unidos no Brasil. Hill aportou no Rio em agosto com uma carta de apresentação do presidente, sendo recebido por Dom João poucos dias depois. A cena, relatada por contemporâneos, condensou o que viria: formalidades cumpridas

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

sem excesso, troca de cortesias sinceras e, sobretudo, um entendimento rápido de que havia ganhos concretos na amizade. O príncipe regente queria diversificar apoios e abastecimentos; os norte-americanos, diversificar destinos e compras.

A partir daí, duas rotinas se constituíram em paralelo. A primeira foi a comercial. Navios norte-americanos passaram a escalar o Rio, Salvador e Recife com regularidade. Na ida, traziam o que faltava ou era caro no Brasil: os já mencionados farinha, peixe salgado, madeira serrada, têxteis de algodão de qualidade intermediária, além de ferragens, mobiliário simples e uma parafernália de miudezas indispensáveis ao dia a dia de trapiches e oficinas. Na volta, levavam açúcar, couros, algodão em rama e, pouco a pouco, café. Armazéns do entorno dos portos aprenderam a acomodar esse vaivém: mais trapiches, mais gente especializada em pesar, classificar e ensacar, mais carpintarias e ferrarias prestando serviços a bordo. A presença norte-americana também ajustou hábitos: a farinha vinda do Norte ajudou a regular preços em anos de escassez no Nordeste, e ferramentas com boa relação custo-benefício fizeram escola em oficinas e fazendas.

A segunda rotina foi consular. Hill abriu o consulado, organizou arquivos, padronizou papéis e virou ponte confiável entre capitães, comissários, agentes de navegação e autoridades locais. Cuidava dos protestos de avaria, atestava documentos, intermediava conflitos de bordo, ajudava a recompor tripulações e, não raro, resolvia com um carimbo o que podia virar uma semana de navio parado. Ao mesmo tempo, escrevia para Washington relatórios regulares sobre tarifas, prazos, safras e humores de porto. Esses textos – com números e impressões práticas – construíram um mapa mental do Brasil para os decisores norte-americanos e reduziram a assimetria de informação que, antes, fazia os negócios dependerem de rumores.

No pano de fundo, havia diplomacia em sentido estrito. Dom João precisava mostrar ao mundo que a transferência da corte não fragilizara o governo; preferia, portanto, relações cordiais

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

com quem pudesse somar. A Inglaterra, velha aliada e escolta da travessia atlântica, era peça principal; os Estados Unidos, parceiros úteis – ainda mais porque não vinham com a mesma bagagem de pretensões na região. Assim, poucos meses depois da chegada de Hill, o governo joanino estendeu aos norte-americanos tratamento de "nação mais favorecida", garantindo que qualquer vantagem concedida a terceiros seria replicada à bandeira dos Estados Unidos. Para quem negociava fretes, prazos e seguros, isso significava menos surpresa e mais cálculo.

A vida real do porto, claro, não se fazia apenas de boas intenções. Era preciso alinhar a "microfísica" diária: quarentenas, inspeções sanitárias, padrões de medidas (o eterno duelo entre arrobas, libras e quintais), regras de lastro e de estiva, horários de funcionamento, pesos e volumes. Aqui, o consulado foi escola mútua. Os norte-americanos aprenderam peculiaridades locais – marés, barras traiçoeiras, preferências de fiscalização –, e os brasileiros se habituaram a um estilo anglo-americano de formalização de rotinas. Aos poucos, listas de verificação e modelos de documentos reduziram atritos. Quando algo entalava, o circuito estava claro: tentava-se resolver no balcão do cônsul; se não desse, subia para a secretaria do governo; e, no limite, virava nota diplomática. A previsibilidade, mais do que a simpatia, sustentou a expansão dos fluxos.

A cultura circulou junto com as mercadorias. Em Salvador e no Rio, marinheiros e comissários norte-americanos deixaram usos e palavras; nos salões e gabinetes de leitura, chegavam jornais e folhetos com notícias sobre a jovem república, sua economia em ascensão e seus debates políticos. Para quem acompanhava, era palpável a diferença de tom entre as gazetas europeias e as norte-americanas: menos ênfase na corte, mais nas cidades, nas obras públicas, nos negócios. Não se tratava de adotar modelos no atacado, mas de ampliar repertórios. O Brasil, que já lia Londres e Paris, passou a ler também Nova York e Filadélfia.

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

Desde o princípio houve uma camada de estratégia. Washington observava com cautela a possibilidade de a influência francesa alcançar o Rio por vias sinuosas. Ao cultivar um canal direto com o gabinete joanino, os Estados Unidos reforçavam uma espécie de "cordão de neutralidade amigável": eram aliados no comércio, respeitavam o status político de Portugal no Brasil e torciam para que nenhuma potência europeia improvisasse aventuras na nossa costa. Do lado brasileiro, a mensagem era semelhante: os Estados Unidos eram bem-vindos no cais, desde que respeitassem as regras de neutralidade e de boa ordem portuária.

Em pouco tempo, a novidade virou normal. Casas comerciais com sócios luso-brasileiros e norte-americanos se instalaram próximo ao cais, organizando adiantamentos a produtores, contratos de frete, seguros e leilões. Surgiram rotas preferenciais (Nova York-Recife, Boston-Bahia, Nova Orleans-Rio de Janeiro), ajustadas ao calendário das safras e às janelas de vento. A cada temporada, os números melhoravam. E, a cada incidente, surgia um modo de desarmar a tensão sem comprometer o conjunto. Quando navios de lados opostos de uma guerra externa passaram por aqui ao mesmo tempo, as autoridades apertaram as regras de coexistência no porto para evitar "acidentes oportunos". Quando uma classificação aduaneira gerava disputa, a prática consular e as instruções da chancelaria preenchiam lacunas. Quando a linguagem das alfândegas não batia, tabelas e decisões reiteradas sedimentavam costumes.

É verdade que a relação com os Estados Unidos não substituiu, naquele momento, o peso europeu no nosso comércio. A Inglaterra continuou dominante em finanças, seguros e fornecimento de bens de capital. Mas a presença norte-americana agregou elasticidade: ofereceu alternativas de abastecimento, abriu canais para escoar produtos e introduziu um estilo de fazer negócios que privilegiava prazos, padronização e contratos. Em linguagem simples: ajudou a tirar o improviso da equação.

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

Ao fim de poucos anos, os efeitos estavam à vista. O Brasil havia trocado clandestinidade por rotina; os Estados Unidos, exotismo por familiaridade. Hill, com sua caneta e seus carimbos, simbolizava essa transição: do mundo em que a notícia era boato ao mundo em que a pauta e o manifesto tinham hora, forma e endereço. E foi sobre esse alicerce, feito de tarifas conhecidas, de portos previsíveis e de um consulado que funcionava, que se tornaram possíveis os passos seguintes. Quando, mais adiante, o Brasil proclamou sua Independência, os Estados Unidos já conheciam nosso cais, nossa gente e nossas regras; e nós, os navios, as mercadorias e o jeito norte-americano de operar. A pressa com que o reconhecimento viria não se explica sem esse ensaio geral iniciado em 1808.

Difusão das ideias iluministas e republicanas no Brasil

No fim do século 18, o Brasil ainda era um país sem imprensa legal, sem universidades próprias e com circulação de livros submetida ao crivo metropolitano. Mesmo assim, ideias novas encontraram caminhos. Elas chegaram em baús de estudantes vindos de Coimbra e de Paris, em folhas avulsas escondidas entre fazendas e ferragens, em exemplares emprestados de mão em mão, em reuniões discretas de loja maçônica e em conversas de botequim no entorno dos portos. Aos poucos, o vocabulário do Iluminismo – liberdade, representação, contrato social, opinião pública – começou a conviver com o das ordenações e dos privilégios.

O primeiro grande duto dessas ideias foi a educação europeia da elite colonial. As reformas do ensino em Portugal na segunda metade do século 18 abriram espaço para disciplinas de filosofia natural, economia política e direito público. Jovens luso-brasileiros passaram por esse circuito – Direito em Coimbra, Medicina em Montpellier, cursos livres em Paris – e voltaram ao Rio, Salvador,

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

Recife e Vila Rica trazendo livros, cadernos e, sobretudo, um novo jeito de pensar a autoridade. De volta, tornaram-se pontos de irradiação em bibliotecas particulares, academias literárias e sociedades que misturavam poesia, ciência, sátira política e a pergunta incômoda: por que não poderíamos nós mesmos nos governar?

A maçonaria foi outro canal de circulação e encontro. Não porque conspirasse profissionalmente – a maior parte do que se discutia eram textos e experiências estrangeiros –, mas porque oferecia um espaço relativamente protegido para debate e confiança mútua. Em Pernambuco, na Bahia e no Rio de Janeiro, lojas e sociedades afins acolheram letrados, médicos, oficiais, padres reformistas e comerciantes. Dali saíram traduções, resumos, listas de leitura e os convites silenciosos que deram origem a pequenos círculos de estudo. Em paralelo, panfletos anônimos corriam as ruas sempre que a temperatura subia: sátiras contra costumes de poder, críticas à carga de impostos, proclamações pedindo abertura de comércio e ensino mais amplo. Mesmo quando eram recolhidos depressa, deixavam sinais.

Como até 1808 não havia tipografias autorizadas no Brasil, ler era um ato de logística. Obras de Montesquieu, Rousseau, Locke, Raynal e Adam Smith entravam com licenças especiais ou pela contravenção pontual de funcionários que entendiam o valor de certas encomendas. Em algumas cidades, bibliotecas privadas guardavam coleções cobiçadas; em outras, gabinetes de leitura improvisados davam vez a periódicos europeus e a notícias vindas da América do Norte. Um compêndio francês reunindo constituições de estados norte-americanos circulou entre mineiros na década de 1780 e virou referência prática – porque oferecia, em páginas numeradas, modelos de organização que iam além da teoria. Também se copiavam à mão trechos de constituições e declarações para contornar a escassez de exemplares.

Os portos foram vitrines e correios. Mercadores luso-brasileiros negociavam com casas de Nova York, Boston e Filadélfia;

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

capitães traziam, junto com barricas e fardos, gazetas que falavam de eleições, tarifas, obras públicas e tribunais. Para leitores acostumados ao tom cortesão das folhas europeias, era novidade a ênfase norte-americana na vida municipal, nas melhorias urbanas e na economia mercantil. Por si, essas descrições não convertiam ninguém, mas ampliavam repertórios e davam densidade a debates locais sobre reforma administrativa, liberalização do comércio e limites da censura.

A criação da Impressão Régia no Rio de Janeiro, em 1808, mudou o cenário. Com uma tipografia oficial em operação – e com a corte instalada na cidade –, o Brasil deixou de depender exclusivamente do que passava pela alfândega. A *Gazeta do Rio de Janeiro* inaugurou a imprensa local, ainda que sob vigilância. A novidade não residia em grande liberdade de opinião – que continuou curta –, mas na regularidade e na institucionalização de um espaço público mínimo para notícias, anúncios, editais e, em certos momentos, para debates tolerados. Surgiram jornais nas províncias (como o *Idade d'Ouro do Brazil*, na Bahia) e panfletos oficiais e semioficiais que repercutiam acontecimentos externos e internos. Ao mesmo tempo, de fora para dentro, o *Correio Braziliense* – aquele impresso em Londres por Hipólito José da Costa desde junho de 1808 – tornou-se a leitura clandestina favorita de quem queria discutir o Brasil. Mês a mês, Hipólito comparava arranjos institucionais, defendia reformas, criticava monopólios e comentava a experiência norte-americana como exemplo de governo representativo viável. O *Correio* não determinou a agenda política, mas ajudou a alfabetizar o país em linguagem de opinião pública.

A escola também entrou nesse circuito. A transferência da corte trouxe consigo estruturas novas – aulas de comércio, bibliotecas, escolas de cirurgia na Bahia e no Rio – e deu impulso a pequenas reformas locais. Currículos começaram a incluir noções de economia política e direito público; professores passaram a adotar compêndios que falavam em interesse nacional e utilidade pública. No Seminário de Olinda, por exemplo, um ambiente

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

intelectual ativo ajudou a formar quadros que mais tarde apareceriam em jornais, câmaras e movimentos. Essa lenta capilarização pedagógica conectou a alta discussão das salas de leitura ao cotidiano de quem precisava administrar portos, estradas, arrecadação e justiça.

As ideias não chegaram a um país vazio; bateram em um mundo concreto de escravidão, hierarquias locais e interesses instalados. Por isso, difundiram-se de maneira irregular. Em centros urbanos com vida letrada – Rio, Salvador, Recife, Vila Rica –, a discussão assumiu feições mais abertas; em vilas e áreas rurais, ficou circunscrita a poucos. Entre elites, a palavra "liberdade" frequentemente significava liberdade econômica, segurança jurídica e autonomia administrativa; entre camadas populares urbanas, a mesma palavra podia ganhar um tom de igualdade concreta e, às vezes, de abolição. Quando esses planos se cruzaram, como nas ruas de Salvador em 1798, o choque foi imediato. E quando elites se sentiram ameaçadas, o braço do Estado reprimiu com rapidez e exemplaridade.

Ainda assim, a cada década o terreno ficava menos infértil. Funcionários passaram a lidar com registros e estatísticas com mais método; câmaras municipais exigiram transparência de contas; negociantes reivindicaram regras previsíveis de alfândega; advogados citaram doutrinas recentes em petições e pareceres. É o tipo de transformação que parece pequena isoladamente, mas que, em série, muda expectativas. A política começou a ser vista menos como graça e mais como regra; a administração, menos como favor e mais como serviço.

O diálogo com experiências estrangeiras foi parte desse processo. A Revolução Americana ofereceu um laboratório institucional cuja memória viajou bem. Seus limites – eleitorados restritos, conflitos regionais, contradições com a escravidão – não passaram despercebidos a quem lia com atenção. Mas, em um Brasil habituado a ver o poder como atributo de pessoas, a ideia de limitar autoridades por desenho constitucional, com freios e

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

contrapesos, foi poderosa. Isso explica por que constituições e cartas norte-americanas circulavam tanto nos bastidores; eram cadernos de solução de problemas, não tratados abstratos. Significa também que, quando o momento político chegou – primeiro com a abertura dos portos, depois com as cortes de Lisboa e, por fim, com 1822 –, já havia quadros e palavras para descrever o que se queria fazer.

Resumindo, a difusão de ideias iluministas e republicanas no Brasil foi um processo lento, desigual e persistente. Passou por malas de estudantes, por reuniões discretas, por folhas clandestinas, por jornais impressos longe do alcance da censura e, com o tempo, por oficinas de composição instaladas aqui. Alimentou inconfidências, conjurações e repúblicas de ensaio; inspirou reformas possíveis e ensinou a medir ambições políticas pelo que a sociedade conseguia absorver. Na próxima seção, veremos como esse caldo intelectual transbordou em movimentos concretos – de Minas Gerais à Bahia e, depois, a Pernambuco – e como cada um deles, a seu modo, testou a aplicabilidade dessas ideias em um país ainda governado de fora, mas já em processo de inventar a si mesmo.

Movimentos revolucionários brasileiros

As ideias ganham corpo quando descem do papel para a rua. No Brasil do fim do século 18 e início do 19, três momentos condensam essa passagem do debate à ação: a Inconfidência Mineira (1789), a Conjuração Baiana (1798) e a Revolução Pernambucana (1817). Cada um nasceu de contextos sociais distintos, escolheu instrumentos diferentes e terminou de modo abrupto. Tomados em conjunto, porém, eles mostram uma curva de aprendizado político: da república sonhada por letrados, passando pela república reivindicada por camadas populares, até a república de ensaio, com Constituição e diplomacia própria. Em todos, de maneiras e intensidades variadas, a experiência norte-americana

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

serviu de referência – às vezes como modelo institucional, às vezes como simples prova de que era possível romper com a metrópole.

A Inconfidência Mineira foi filha de uma crise fiscal e de uma elite inquieta. Minas Gerais, acostumada ao ouro abundante, enfrentava produção em queda e a ameaça da derrama – a cobrança forçada do que a Coroa calculava ser devido. Letrados, oficiais e proprietários discutiam havia anos sobre autonomia, comércio mais livre, universidades e imprensa. Quando a tensão fiscal chegou ao limite, esse caldo intelectual virou conspiração. As conversas revelaram leituras frescas: Constituições dos estados norte-americanos, separação de poderes, eleição de representantes. Falava-se em república com sede em Vila Rica, em criar milícias locais, em abrir portos. Não havia um programa social transformador – escravidão e hierarquias locais quase não eram questionadas –, mas havia a noção, nova para o contexto colonial, de que a autoridade poderia derivar de uma comunidade politicamente organizada e não de um soberano distante. O movimento foi delatado antes de nascer. A devassa revelou a extensão das conversas, apreendeu livros e papéis e puniu de maneira exemplar: Tiradentes, elo mais fraco de uma cadeia que incluía nomes de prestígio, foi executado para assustar a província. A lição, contudo, não foi a desejada por Lisboa: a partir dali, república e Constituição deixaram de ser termos de gabinete e entraram no imaginário público como possibilidade.

Nove anos depois, em Salvador, a política desceu mais alguns degraus e ganhou o sotaque da praça. A Conjuração Baiana, também conhecida como Revolta dos Alfaiates, nasceu de outro tipo de incômodo: o custo de vida nas cidades, o baixo soldo dos quartéis e a desigualdade à flor da pele em uma sociedade escravocrata. Panfletos manuscritos colados de madrugada pediam independência, república, igualdade e redução de impostos; alguns falavam abertamente em abolir a escravidão e em romper barreiras raciais. O repertório vinha da Revolução Francesa e do Haiti, mas a ideia de república norte-americanizada – com governo de

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

cidadãos e não de súditos – já fazia parte do senso comum dos que assinavam com iniciais e apelidos. A composição social da revolta também era outra: soldados, alfaiates, artesãos, mestiços e negros livres apareceram como protagonistas. Isso assustou mais a elite do que a palavra "república" em si. A repressão foi rápida, com prisões e enforcamentos públicos, e o recado procurou ser preventivo: liberdade, até certo ponto; igualdade, nem pensar. Ainda assim, a memória daquela ousadia perdurou. Pela primeira vez, a república não era apenas um desenho institucional; era uma promessa de inclusão que, mesmo não realizada, passou a assombrar e inspirar a um só tempo.

Em 1817, em Pernambuco, a política fez o seu ensaio geral. A capitania vivia um ciclo de prosperidade e frustração: comércio ativo com a América do Norte e a Europa, mas sujeita a decisões e a tributos ditados de longe; elites locais com projeto, clero influente, oficiais reformistas e uma sociedade urbana que lia jornais e trocava ideias. Quando a fagulha acendeu, o movimento não ficou na conversa: proclamou-se uma república, formou-se um governo provisório, circulou moeda, ergueu-se uma guarda cívica e enviaram-se cartas a outras capitanias pedindo adesão. Os líderes discutiram uma Constituição e, como referência prática, olharam sem disfarces para os Estados Unidos. Havia admiração pela estabilidade de um arranjo em que poderes se equilibravam, câmaras funcionavam e o governo era mais administração que vontade caprichosa. O governo pernambucano escreveu a autoridades norte-americanas buscando reconhecimento e amizade comercial; enviou emissários para sondar empréstimos e compra de armas; recebeu com simpatia comerciantes dos Estados Unidos que já frequentavam o porto do Recife. Em termos de política externa, foi um passo ousado: tratava os Estados Unidos como par, antecipando a diplomacia do Brasil independente.

A experiência durou pouco. Tropas leais à monarquia retomaram o controle em semanas; prisões e julgamentos encerraram a aventura. Mas o curto tempo bastou para deixar marcos. Pri-

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

meiro, provou-se que o repertório institucional importado – o da república constitucional, com limites ao poder – podia ser adaptado e praticado aqui, ainda que por breve período. Segundo, o gesto internacionalista mostrou que o Atlântico já era uma rua de mão dupla: não só chegavam ideias e mercadorias como se enviavam mensagens políticas pedindo reconhecimento. Terceiro, a própria capacidade de organização – polícia cívica, cunhagem, arrecadação – indicou que elites provinciais tinham quadros para administrar sem a tutela cotidiana do Rio. Esses elementos reapareceriam, sob outras bandeiras, no processo de 1822.

Há fios que ligam os três movimentos. Em todos, um componente de crise econômica ou fiscal empurra o debate para o limite: a derrama em Minas, o preço do pão e da carne em Salvador, as tensões comerciais e de comando em Pernambuco. Em todos, há um estoque prévio de ideias – livros, jornais, cartas, conversas trazidas por estudantes, maçons, comerciantes – sem o qual não se sai do improviso. E em todos, há uma aprendizagem sobre o que mobiliza quem. Em Minas, a linguagem do direito e das finanças falou a uma elite específica; na Bahia, a palavra igualdade energizou quem se sentia invisível; em Pernambuco, a mistura de república, religião e orgulho local produziu um programa que pretendia ser abrangente.

Também vale notar as diferenças decisivas. A Inconfidência foi essencialmente elitista e evitou enfrentar a escravidão; quis trocar de soberano, por assim dizer, deslocando a fonte do poder para "o povo" entendido como corpo estreito de proprietários e letrados. A Conjuração Baiana foi popular e, por isso mesmo, rapidamente esmagada – não apenas pelo que pedia, mas por quem pedia. A Revolução Pernambucana foi uma coalizão mais ampla, com letrados, oficiais, padres e comerciantes, e tentou institucionalizar a mudança. Essa gradação explica por que a memória de 1817 teria tanto impacto no Nordeste e por que, a partir dali, a palavra "república" deixaria de ser uma heresia abstrata para virar, no mínimo, um cenário possível em debates futuros.

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

ENTRE INTERESSES NACIONAIS E PROJETOS DE PODER, ESTE LIVRO REVELA COMO UMA DAS RELAÇÕES MAIS IMPORTANTES DA POLÍTICA INTERNACIONAL AJUDOU A DEFINIR A HISTÓRIA DO BRASIL.

"Sob o pano de fundo das transformações do cenário internacional e ao sabor das mudanças na configuração política e econômica de cada país, o autor identifica um padrão: 'complementaridade em alguns campos e atritos em outros', em uma trajetória distinta, mas profundamente entrelaçada. Gustavo Pessoa soube aliar, na justa medida, rigor historiográfico e leveza de estilo, em um texto ao mesmo tempo denso e agradável."

– **ALOYSIO NUNES FERREIRA**

"Com rigor analítico e senso de realidade, o autor evita simplificações e revela como pragmatismo e independência sempre foram pilares centrais da relação entre Brasil e Estados Unidos."

– **RUBENS BARBOSA**

"O Brasil é o país mais parecido com os Estados Unidos. Nesta obra reveladora, Gustavo Pessoa ilumina, a partir da história de suas relações com o outro, a construção dos dois."

– **ROBERTO MANGABEIRA UNGER**

Planeta

9 788542 244854